



ACÓRDÃO Nº 623/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11997/2016.

Apenso: Processo nº 11880/2015.

2- Assunto: Embargos de Declaração.

3- Embargante: Sr. Abraão Magalhães Lasmar, Prefeito Municipal de Caapiranga, à época.

4- Advogados: Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM nº 6.975.

5- Unidade Técnica: DICAMI E DICOP.

6- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6171/2016-MP-ACP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 4150/4151).

7- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Provimento Parcial. Determinação. Notificação.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

8.1. Conhecer os presentes Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Abraão Magalhães Lasmar**, nos moldes do artigo 149, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM;

8.2. Dar Provimento Parcial aos Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Abraão Magalhães Lasmar**, para que se efetue as seguintes alterações do Relatório/Voto condutor do Acórdão nº 12/2017 TCE TRIBUNAL PLENO:

8.2.1. Retificar a parte final do item 9, onde se lê “encontram-se eivadas da devida publicidade” deve-se ler “encontram-se sob o manto da devida publicidade”;

8.2.2. Complementar a fundamentação do item 82.3, devendo ser retificado o texto passando a se ter “Ausência de Parecer sobre as contas do FMS, que deveria ser emitido pelo Conselho Municipal de Saúde, feito que viola o disposto no art. 36, §1º, da Lei Complementar nº



ACÓRDÃO Nº 623/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

141/2012;

8.2.3. Retificar a parte final do item 91, assim como a referência feita no item 92, passando a figurar o art. 38, caput e inciso III, da Lei nº 8.666/1993, assim como art. 51, da Lei nº 8.666/1993, no lugar do art. 73, II, “a” e “b” da Lei nº 8.666/1993.

8.3. **Determinar** que se retome a contagem dos prazos recursais para o **Sr. Abraão Magalhães Lasmar**, face ao Acórdão nº 12/2017 -TCE-TRIBUNAL PLENO, nos moldes do art. 148, §3º, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM;

8.4. **Notificar** o **Sr. Abraão Magalhães Lasmar**, assim como seus advogados, para que tomem ciência do Decisório, com cópia do Relatório/Voto e do respectivo Acórdão.

9- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 13 de Junho de 2017.

11- Especificação do quórum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral